# RELATÓRIO DE GESTÃO

Ano de 2021

MUNICÍPIO DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

# Índice


1. Enquadramento Macroeconómico ..... 3
2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida ..... 8
   2.1. Receita ..... 8
      2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita ..... 8
      2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos) ..... 9
   2.2. Despesa ..... 11
      2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total ..... 11
      2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica ..... 12
      2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos) ..... 12
   2.3. Grandes Opções do Plano ..... 13
      2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa ..... 13
      2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano ..... 16
3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira ..... 18
   3.1. Análise do Balanço ..... 18
      3.1.1. Ativo ..... 18
         3.1.1.1. Fundo de Apoio Municipal ..... 18
      3.1.2. Passivo ..... 18
         3.1.2.1. Provisões para riscos e encargos ..... 18
   3.2. Demonstração de Resultados ..... 18
      3.2.1. Gastos ..... 19
         3.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas ..... 19
         3.2.1.2. Provisões do Exercício ..... 19
         3.2.1.3. Gastos por juros e outros encargos ..... 19
      3.2.2. Rendimentos ..... 19
         3.2.2.1. Vendas e Prestação de Serviços e Concessões ..... 19
         3.2.2.2. Impostos e Taxas ..... 20
         3.2.2.3. Outros Rendimentos e Ganhos ..... 20
4. Análise Financeira - Rácios ..... 21
   4.1. Evolução da dívida do Município ..... 21
   4.2. Indicadores de Gestão ..... 21
      4.2.1. Indicadores de natureza orçamental ..... 22
      4.2.2. Indicadores de natureza financeira ..... 23
5. Proposta de aplicação de resultados ..... 25
6. Notas Finais ..... 26

# Índice de Gráficos

Figura 1 - Grau de Execução ..... 8
Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica ..... 10
Figura 3 – Grau de Execução ..... 11
Figura 4 – Grau de Execução (Económica) ..... 12
Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica ..... 13
Figura 6 – Grau de Execução Total Anual ..... 17
Figura 7 – Capital em Dívida ..... 21
Figura 8 – Receita Cobrada / Despesa Paga ..... 22
Figura 9 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital) ..... 23

# Índice de Tabelas

Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita ..... 9
Tabela 2 – Receita cobrada efetiva ..... 9
Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica ..... 10
Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital ..... 11
Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas ..... 12
Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano ..... 17
Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental ..... 22
Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira ..... 23

# 1. Enquadramento Macroeconómico

No conjunto do ano 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica.

Este crescimento foi suportado significativamente pelo contributo positivo expressivo da procura interna, verificando-se uma recuperação do consumo privado e do investimento, e o contributo da procura externa líquida foi bastante menos negativo, justificado pelo crescimento significativo das importações e das exportações de bens e de serviços.

Em termos nominais, o PIB aumentou 5,7% em 2021 (diminuição de 6,7% em 2020), atingindo cerca de 211 mil milhões de euros.

De realçar que este crescimento não só ficou acima dos 4,8% previstos pelo Governo no Orçamento para 2022, mas também superou as projeções das principais instituições nacionais e internacionais. O Banco de Portugal e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico apontavam para um crescimento de 4,8%, o Fundo Monetário Internacional esperava uma subida de 4,4% e a Comissão Europeia previa uma expansão de 4,5%.

A procura interna recuperou significativamente em 2021, com uma taxa de variação de 5% em termos reais, que compara com a queda de 5,6% no ano anterior, passando de um contributo para a variação anual do PIB de -5,5 pontos percentuais (p.p.) em 2020 para 5,2 p.p..

O consumo privado registou um crescimento de 4,4%, tendo recuperado parcialmente da redução de 7,1% ocorrida em 2020, evolução que se explica sobretudo pela expansão de 5,4% do consumo privado em bens correntes não alimentares e serviços. Relativamente á componente de bens alimentares abrandou, passando de um crescimento de 4,8% em 2020 para 1,5% em 2021. Por outro lado, a componente dos bens duradouro cresceu 4,6%, com um ligeiro aumento da componente dos veículos automóveis, após a quebra histórica verificada no primeiro ano da pandemia.

Quanto ao consumo público, este acelerou significativamente em termos reais, registando uma taxa de variação de 5%, comparando com 0,4% no ano anterior, tendo em termos nominais aumentado 5,8%.

A procura externa líquida apresentou um contributo de -0,2 p.p., após o contributo de -2,9 p.p. em 2020, tendo as exportações e as importações de bens e serviços crescido 13% e 12,8% em 2021, que compara com as quedas de 18,6% no caso das exportações e quebras de 12,1% no das importações registadas em 2020.

Olhando para o futuro, prevê-se um crescimento superior a 5,5% da economia nacional para o ano de 2022, estimativa esta que poderá vir a ser revista por força da ofensiva que está a ser levada a cabo pela Rússia na Ucrânia, invasão militar esta que introduz elevada incerteza futura.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresce 4,9% em 2022 (4,9% em 2021) e converge nos anos subsequentes para taxas mais próximas do ritmo estimado de crescimento de longo prazo, ou seja, 2,9% em 2023 e 2,0% em 2024. A expansão da atividade económica traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego.

A inflação aumenta em 2022 para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023 e 2024. O aumento da inflação em 2022 está associado à subida do preço das matérias-primas, energéticas e outras, e à manutenção de constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais. A recuperação da procura dos serviços mais afetados pela pandemia contribui também para o aumento da inflação.

No final de 2021, a disseminação da variante Omicron e as medidas de controlo adotadas tiveram um impacto negativo moderado e de curta duração sobre o crescimento da economia mundial.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros.

Uma deterioração do enquadramento externo da economia portuguesa, determinada pelo escalar do conflito na Ucrânia, constitui o principal fator de risco. Tal implicaria uma intensificação das pressões inflacionistas e um impacto mais negativo sobre a confiança e os fluxos comerciais, incluindo a possibilidade de maiores problemas nas cadeias de fornecimento globais.

A invasão da Ucrânia pela Rússia implica uma deterioração das perspetivas de crescimento da economia global no curto prazo e maiores pressões inflacionistas. O conflito implicou uma intensificação da subida dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, o que reflete a importância da Rússia no fornecimento destas matérias-primas. Traduziu-se também num aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e a confiança dos agentes. A Rússia não é um parceiro comercial importante para Portugal, mas o impacto indireto via economias da Europa Central e de Leste contribuiu para deteriorar o enquadramento externo. Adicionalmente, o conflito pode causar novas disrupções sobre as cadeias de valor globais, em particular das dependentes de matérias-primas da Rússia ou do transporte de mercadorias na região. O aumento recente de casos de COVID-19 nalgumas

economias asiáticas e a imposição de medidas restritivas podem também agravar estas disrupções.

O aumento recente dos preços das matérias-primas contribuirá para manter elevada a inflação global em 2022. Prevê-se que o preço do petróleo aumenta 45,7% em 2022, para 103,6 dólares por barril, reduzindo-se nos anos seguintes. O custo das outras matérias-primas também regista novo aumento em 2022, assumindo-se uma reversão nos anos seguintes. Na área do euro, as projeções do BCE apontam para uma subida significativa da inflação em 2022, para 5,1% (2,6% em 2021) e uma redução posterior, para 2,1% em 2023 e 1,9% em 2024. Esta situação é muito influenciada pela componente energética. No entanto, a inflação excluindo bens energéticos também aumenta em 2022, para 2,6% (1,5% em 2021), refletindo os efeitos indiretos da subida dos preços da energia, as pressões ao longo da cadeia de produção associadas às disrupções da oferta global e a continuação da recuperação dos serviços. A inflação registará valores mais baixos em 2023 e 2024, 1,8% e 1,9%, respetivamente, com a dissipação dos fatores acima referidos, parcialmente compensada por maiores pressões sobre os salários associadas à redução dos recursos disponíveis no mercado de trabalho.

Relativamente á economia portuguesa, prevê-se que esta apresente um crescimento elevado em 2022, que reflete parcialmente a recuperação observada ao longo do ano anterior, desacelerando em 2023-2024. No início de 2022, a evolução da atividade foi condicionada pela nova vaga de COVID-19, pelos constrangimentos no fornecimento de matérias-primas e aumento do seu custo, a par do impacto da subida da inflação no poder de compra das famílias. Os valores transacionados no início do presente ano com cartões nacionais e de não residentes apontam para um enfraquecimento do consumo privado e das exportações de turismo face ao período anterior. Em linha com esta evolução, observou-se uma redução da atividade nos subsetores de alojamento e restauração. A produção industrial também se reduziu no início do ano, em parte devido ao setor automóvel, que voltou a ser afetado por constrangimentos no acesso a matérias-primas. Em contraste, os indicadores de investimento aceleraram. A recuperação da atividade prosseguiu em março, apesar do impacto do aumento das tensões geopolíticas na confiança dos agentes, nas cadeias de abastecimento e na inflação. A recuperação ao longo de 2021 tem um contributo para o crescimento em 2022 de 3,6 pp, correspondendo ao efeito de arrastamento. Este efeito, conjugado com a evolução intra-anual projetada para 2022, traduz-se num aumento anual do PIB de 4,9% em 2022. Este crescimento incorpora um contributo de 3,5 pp das exportações de serviços, em larga medida decorrente da recuperação observada na segunda metade de 2021. O nível do PIB pré-pandemia é ultrapassado na segunda metade de 2022. Em 2023-24, o PIB desacelerará para taxas de variação mais próximas das estimadas para o crescimento do produto potencial da economia.

O consumo privado cresce a um ritmo progressivamente mais moderado no período 2022-24, sustentado pelo aumento do rendimento disponível e por condições financeiras favoráveis.

A taxa de poupança reduz-se para 7,3% em 2022 (10,3% em 2021) e permanece relativamente estável em 2023 e 2024. A diminuição da taxa de poupança em 2022 prolonga a tendência iniciada em 2020, quando esta taxa atingiu um nível historicamente elevado, e ocorre num quadro em que o aumento da riqueza das famílias durante a pandemia pode contribuir, em parte, para absorver o impacto do aumento da inflação.

O consumo público apresenta uma evolução mais moderada nos anos seguintes, após o forte crescimento de 2021, por via da dissipação do impacto das medidas de resposta à pandemia. O consumo público cresce 1,5% em 2022 (5,0% em 2021) e diminui 1,5% em 2023, 0,1%em 2024. Esta evolução incorpora, em 2022, a eliminação gradual das medidas de contenção da pandemia, em particular na área da saúde, e a redução do efeito de recuperação das horas trabalhadas nas administrações públicas.

O dinamismo do investimento em 2022-24 é suportado por maiores recebimentos de fundos europeus e por condições de financiamento favoráveis.

As exportações continuam a conjugar a dinâmica favorável da procura externa de bens com a recuperação dos fluxos internacionais de turismo, assumindo-se efeitos negativos limitados do conflito na Ucrânia. As exportações crescem 14,2% em 2022 (13,0% em 2021) e desaceleram para 7,5% em 2023 e 3,8% em 2024. Depois de aumentarem 10,5% em 2021, as exportações de bens crescem 3,6% em 2022 e, beneficiando da hipótese de dissipação gradual das perturbações nas cadeias de abastecimento internacionais, 5,2% em 2023 e 3,2% em 2024. A melhoria da situação epidemiológica e a eliminação das restrições à mobilidade internacional conduzem a uma forte aceleração das exportações de serviços, antecipando-se que o nível pré-pandemia seja ultrapassado no primeiro semestre de 2022 e que a variação anual atinja 38,5% (19,2% em 2021). Nos anos seguintes, estas exportações crescem mais moderadamente (11,5% em 2023 e 4,9% em 2024).

No mercado de trabalho, continua a assistir-se a um aumento do emprego, mas a um ritmo progressivamente menor. O emprego cresce 1,4% em 2022 (2,1% em 2021) e 0,5%, em média, no período 2023-24. A evolução do emprego traduz a recuperação da atividade, em particular, nos setores mais afetados pela pandemia, e resulta do aumento da população ativa e da redução do número de desempregados e desencorajados, embora com contributos decrescentes.

A taxa de desemprego diminui para 5,9% em 2022 (6,6% em 2021) e 5,7% e 5,6% nos dois anos seguintes. A recuperação do mercado de trabalho tem sido mais rápida do que o antecipado, o que envolveu revisões sucessivas em baixa das projeções para a taxa de desemprego ao longo de 2021.

A inflação aumenta em 2022, para 4,0%, e reduz-se para 1,6% em 2023-24, taxas superiores às registadas nos últimos 9 anos. A subida da inflação no ano corrente prolonga a tendência observada a partir de meados de 2021 e no início de 2022, assente em fatores comuns à área do euro. O perfil da inflação é influenciado, em larga medida, pelo comportamento da componente energética.

Concluindo, o conflito armado na Ucrânia criou um quadro económico, social e geopolítico de imprevisibilidade. As perspetivas para o crescimento da economia portuguesa nos períodos seguintes têm sido revistas em baixa e a inflação será substancialmente mais elevada. A instabilidade geopolítica implica que a magnitude do impacto económico do conflito é incerta, envolvendo o risco de materialização de cenários mais adversos. As respostas de política económica nacional e europeia são cruciais na mitigação do impacto macroeconómico do choque e para assegurar a manutenção de um crescimento sustentado. A magnitude do estímulo financeiro e os prazos de execução do plano constituem desafios importantes à sua implementação. É crucial que Portugal revele capacidade para absorver os recursos disponíveis e que estes se materializem num aumento permanente da capacidade produtiva. A economia portuguesa mantém importantes desafios de longo prazo para prolongar a aproximação aos níveis de rendimento europeus, no contexto de transição digital e climática financiada pelos fundos europeus. Para atingir estes objetivos é fundamental continuar a aumentar as qualificações da mão-de-obra e a produtividade.

# 2. Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida

## 2.1.Receita

### 2.1.1. Grau de Execução Orçamental da Receita

O Município efetuou algumas alterações orçamentais ao longo do ano por forma de ajustar o orçamento em função das necessidades ocorridas na execução da despesa, tendo igualmente realizado alterações orçamentais na receita.

A execução orçamental da receita evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo registado um grau de execução na ordem dos 75% no final do ano.

A Figura 1 apresenta uma abordagem comparativa dos últimos 3 anos.

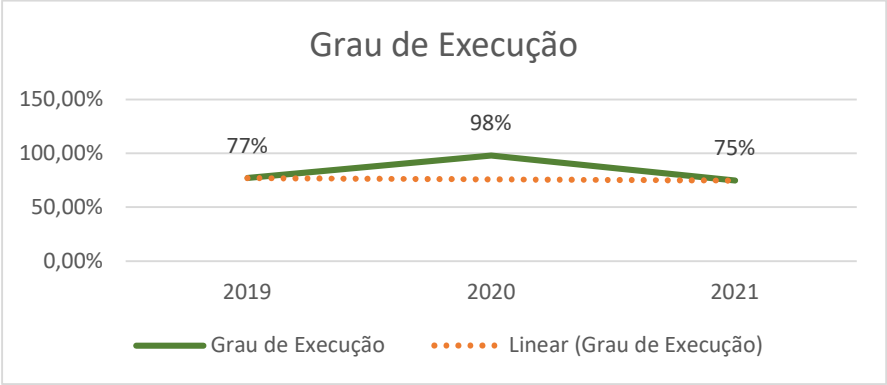


**Figura 1 - Grau de Execução**

Em 2021 constata-se uma oscilação negativa do rácio, que regista uma descida de 23 pontos percentuais comparativamente a 2020, fixando-se a execução nos 75%.

A tabela seguinte apresenta a evolução percentual da execução dos capítulos para o período 2019-2021:

| Rubricas | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| 01 – Impostos diretos | 94,98 | 102,20 | 83,09 |
| 02 – Impostos indiretos | 20,29 | 80,51 | 64,19 |
| 04 – Taxas, multas e outras penalidades | 148,36 | 87,24 | 81,65 |
| 05 – Rendimentos da propriedade | 74,72 | 99,72 | 75,39 |
| 06 – Transferências correntes | 94,30 | 96,87 | 99,19 |
| 07 – Venda de bens e serviços correntes | 69,97 | 56,80 | 55,21 |
| 08 – Outras receitas correntes | 0,43 | 100,88 | 37,18 |
| 09 – Venda de bens de investimento | 172,06 | 0,00 | 0,00 |
| 10 – Transferências de capital | 40,48 | 144,34 | 53,43 |
| 11 – Ativos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 – Passivos financeiros | 32,88 | 99,99 | 47,74 |
| 13 – Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 222,90 |
| 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos | 0,00 | 312,50 | 160,89 |

**Tabela 1 – Grau de Execução Orçamental da Receita**

### 2.1.2. Receita cobrada efetiva (valores absolutos e relativos)

Relativamente à receita efetivamente cobrada em termos absolutos, a mesma foi distribuída pelas rubricas orçamentais, segundo a tabela infra:

| Rubricas | 2021 |
|---|---|
| 01 – Impostos diretos | 667.222,71 |
| 02 – Impostos indiretos | 1.906,90 |
| 04 – Taxas, multas e outras penalidades | 34.605,27 |
| 05 – Rendimentos da propriedade | 315.299,76 |
| 06 – Transferências correntes | 7.270.145,10 |
| 07 – Venda de bens e serviços correntes | 469.516,89 |
| 08 – Outras receitas correntes | 410,01 |
| 09 – Venda de bens de investimento | 2.925,00 |
| 10 – Transferências de capital | 1.887.457,13 |
| 11 – Ativos financeiros | 0,00 |
| 12 – Passivos financeiros | 360.000,00 |
| 13 – Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos | 0,00 |
| **Total** | **11.009.488,77** |

**Tabela 2 – Receita cobrada efetiva**

Da análise da tabela podemos constatar que a rubrica 06 – Transferências correntes é aquela que mais contribui para o total da receita efetivamente cobrada, seguindo-se a rubrica 10 – Transferências de Capital, 01 – Impostos diretos, 07 – Venda de Bens e Serviços Correntes, e a 12 – Passivos Financeiros.

Por forma a realçar o contributo de cada uma das rubricas apresentadas elaborou-se o seguinte gráfico onde se discrimina o peso relativo de cada rubrica para a constituição da receita total.

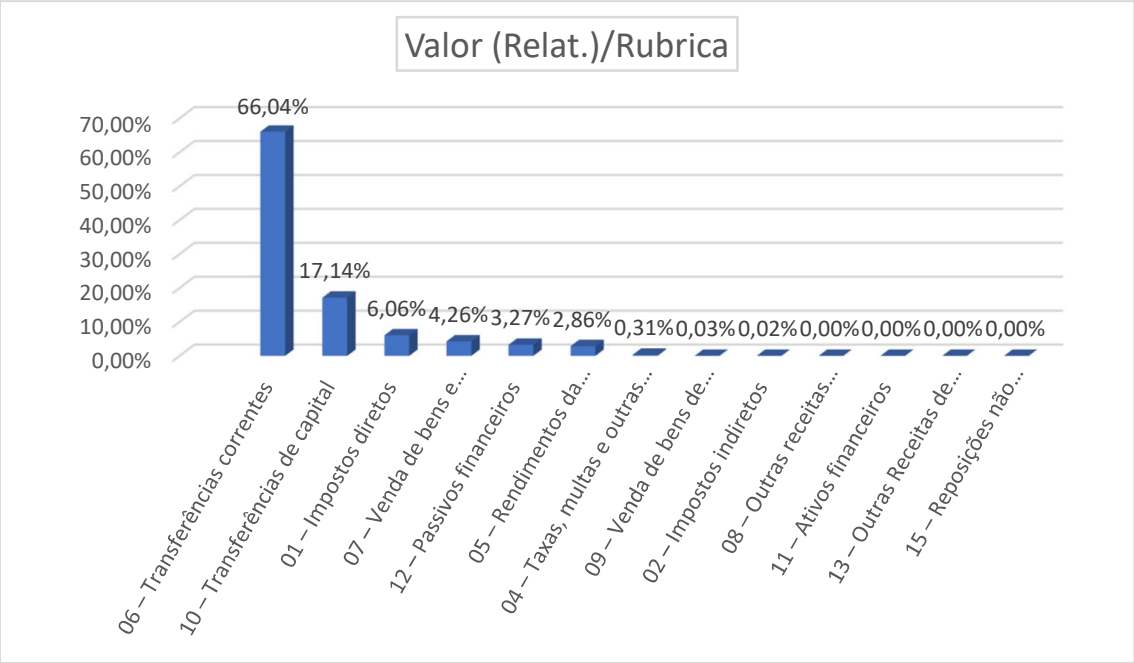


**Figura 2 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 2 espelha e reforça o que já se havia abordado na análise dos valores absolutos relativamente às rubricas com maior peso na formação da receita total. Refira-se ainda, numa perspetiva demonstrativa a importância das rubricas apresentadas na tabela seguinte que, considerando o seu valor acumulado correspondem a 99,64 % do total da receita cobrada.

| Rubricas | 2021 |
|---|---|
| 01 – Impostos diretos | 6,06 |
| 05 – Rendimentos da propriedade | 2,86 |
| 06 – Transferências correntes | 66,04 |
| 07 – Vendas de bens e serviços correntes | 4,26 |
| 10 – Transferências de capital | 17,14 |
| 12 – Passivos financeiros | 3,27 |
| **Total** | **99,64** |

**Tabela 3 – Formação da Receita/Rubrica**

Da análise da tabela constata-se que, as rubricas 06 – Transferências correntes e 10 – Transferências de capital, que englobam as transferências e subsídios obtidos merece especial

destaque uma vez que representa 83,18% do total da receita arrecada. Nesse sentido considera-se pertinente analisar as rubricas que a constituem percebendo-se assim a origem do valor e a evolução destes comparativamente aos períodos homólogos, conforme demonstra a seguinte tabela:

| Rubricas | 2021 | 2020 | 2019 |
|---|---|---|---|
| Transferências do orçamento do Estado | 8.419.477,41 | 7.814.113,00 | 7.256.465,05 |
| Outros | 219.441,55 | 211.382,49 | 234.673,14 |
| Exterior (Fundos comunitários) | 518.683,27 | 429.926,54 | 568.620,21 |

**Tabela 4 – Transferências Correntes e Capital**

## 2.2.Despesa

### 2.2.1. Grau de Execução Orçamental Total

Após análise geral ao orçamento da despesa para 2021 verificamos que, no final do ano foi atingido o valor de 60,14% de execução relativamente ao valor inicialmente orçamentado (apurado tendo por base as despesas de capital e correntes). Importa neste ponto efetuar uma análise ao nível de execução orçamental em comparação com os anos homólogos 2020 e 2019, utilizando para o efeito a figura seguinte:

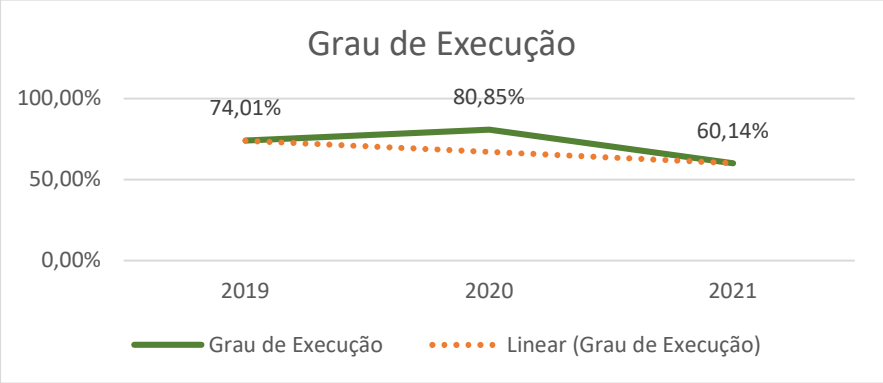


**Figura 3 – Grau de Execução**

Avaliando a figura supra constata-se que a execução orçamental da despesa nos últimos 3 anos apresenta uma oscilação de valores, registando em 2021 uma percentagem de execução 20,71% inferior à verificada no ano de 2020.

Importa salientar que o valor de execução em 2021 de 60,14% evidencia a eficiência na execução do orçamento para o respetivo ano, como já anteriormente havia sido referido aquando da análise da execução orçamental da receita.

### 2.2.2. Grau de Execução Orçamental da Despesa por Económica

A figura seguinte apresenta o grau de execução orçamental por classificação económica, conforme demonstra a figura seguinte:

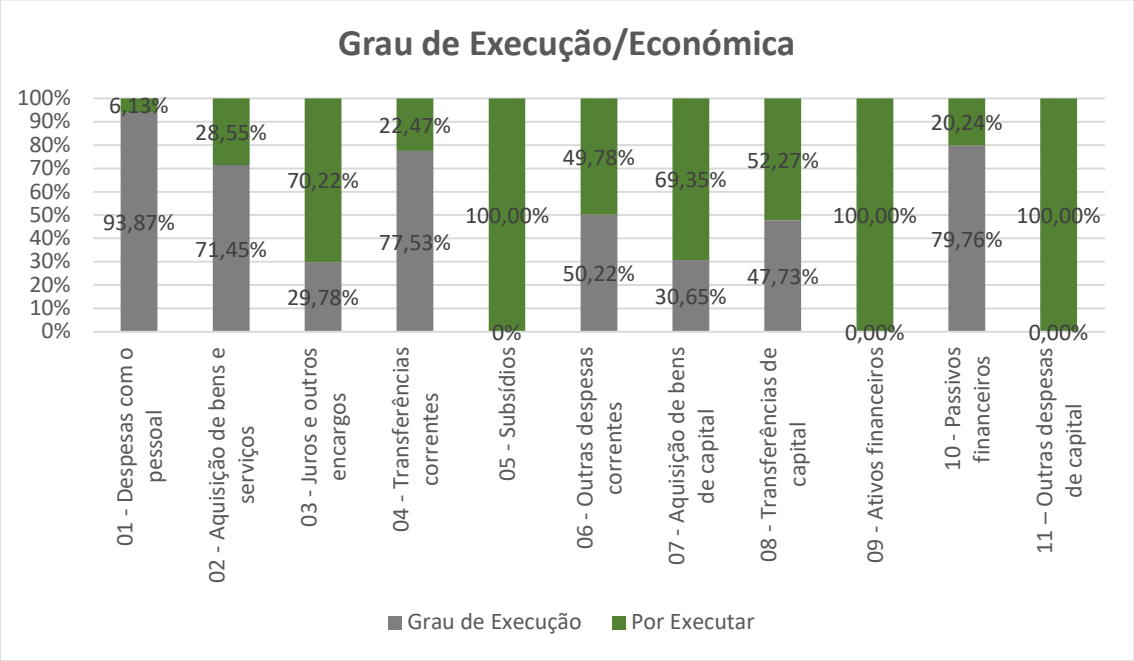


**Figura 4 – Grau de Execução (Económica)**

### 2.2.3. Despesas Pagas Efetivas (valores absolutos e relativos)

Relativamente à despesa efetivamente paga em termos absolutos, a mesma foi distribuída pela classificação económica, segundo a tabela infra:

| Rubricas | 2021 |
|---|---|
| 01 - Despesas com o pessoal | 3.359.349,45 |
| 02 - Aquisição de bens e serviços | 3.057.481,93 |
| 03 - Juros e outros encargos | 36.483,63 |
| 04 - Transferências correntes | 1.350.564,71 |
| 05 - Subsídios | 0,00 |
| 06 - Outras despesas correntes | 25.337,39 |
| 07 - Aquisição de bens de capital | 2.000.184,22 |
| 08 - Transferências de capital | 333.363,50 |
| 09 - Ativos financeiros | 0,00 |
| 10 - Passivos financeiros | 280.766,35 |
| 11 – Outras despesas de capital | 0,00 |
| **Total** | **10.443.864,18** |

**Tabela 5 – Despesas Pagas Efetivas**

Da análise da tabela verifica-se que a rubrica 01 – Despesas com o pessoal é aquela que mais contribui para o nível de despesas pagas, seguindo-se a rubrica 02 – Aquisição de bens e serviços, rubrica 07 – Transferências de capital e a rubrica 04 – Transferências correntes. Para uma melhor visualização do peso de cada rubrica no total de despesas pagas apresentamos a seguinte figura:

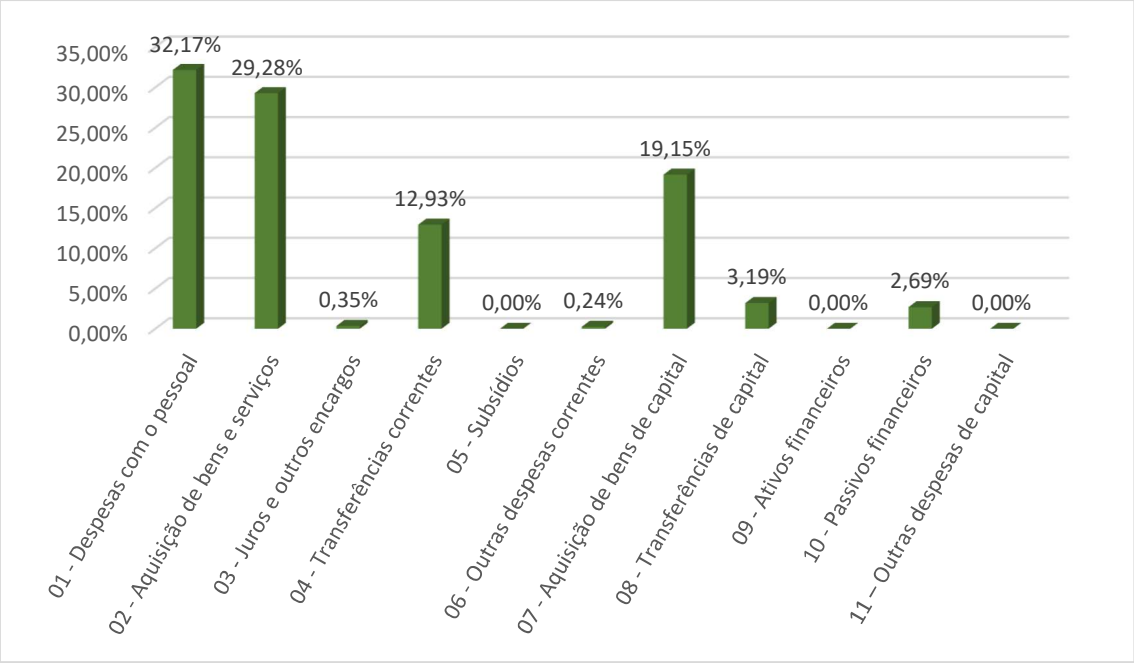


**Figura 5 – Valor (Relat.) / Rubrica**

A figura 5 evidência explicitamente, o referido anteriormente em relação às rubricas que mais contribuem para o valor das despesas totais pagas pelo Município. Da análise da figura verificamos que as rubricas 01, 02, 07 e 04 correspondem a 93,53% do total da despesa paga, encontrando-se em sintonia com os anos transatos e que espelha o normal funcionamento do Município.

## 2.3.Grandes Opções do Plano

### 2.3.1. Investimento anual por Objetivo e Programa

O Município ao longo do ano 2021 canalizou investimento para implementar e executar determinados Projetos associados a Programas específicos e enquadrados estes últimos em diversos Objetivos (Funções) inscritas nas Grandes Opções do Plano. Nesse sentido e de forma a espelhar a atividade do Município nesse âmbito, apresentam-se os seguintes gráficos, onde se procurou demonstrar numa primeira fase o investimento realizado por Objetivo em termos absolutos e relativos.

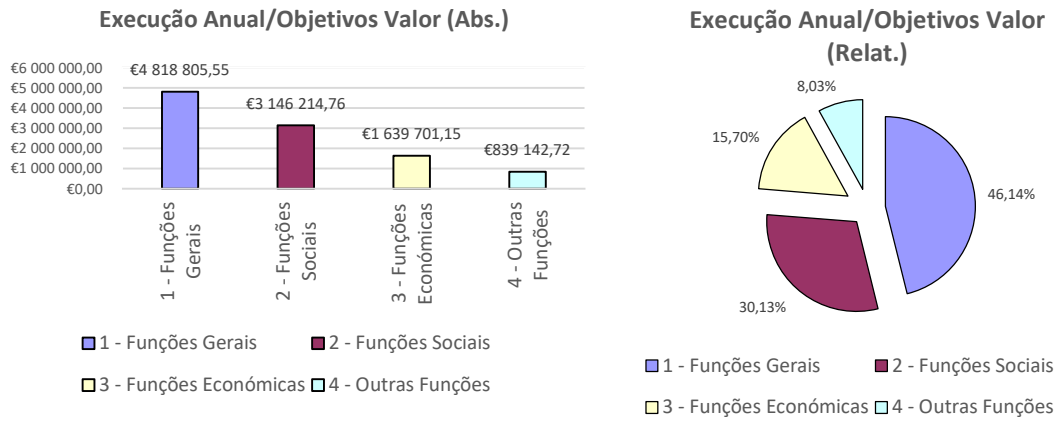


**Figura 6 – Execução Anual / Objetivos Valor (Abs. / Relat.)**

Da análise das figuras supra verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para as *Funções Gerais e Funções Sociais* que absorvem cerca de 46% e 30%, respetivamente, do total do investimento.

Tendo em conta os valores apresentados, considerou-se pertinente explicar as quatro Funções constantes das Grandes Opções do Plano para 2021 (GOP 2021), analisando os Programas que lhes estão afetos, através da figura seguinte.

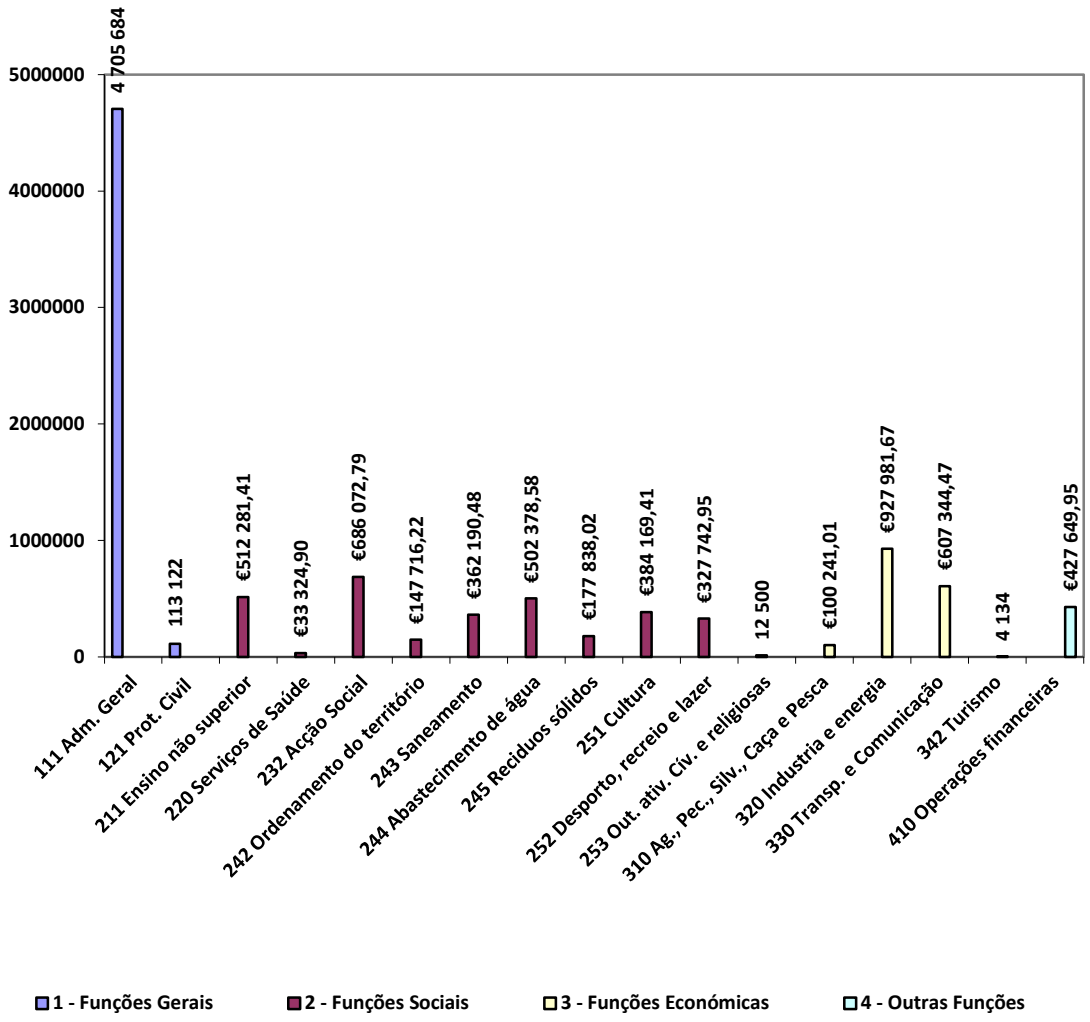


**Figura 7 – Montante Executado/ Função / Programa**

Observando a figura 7 constata-se de forma evidente que a maior concentração de investimento recai nos objetivos gerais *1 – Funções Gerais* e *2 – Funções Sociais* distribuído pelos programas apresentados e que, no seu acumulado representam aproximadamente 76% do montante total executado nas GOP 2021.

Considerou-se ainda pertinente destacar os programas que apresentam um nível de investimento mais significativo. Desta forma, importa agora fazer referência ao tipo de investimento associado a esses programas justificando assim os valores apresentados.

Escrutinando o objetivo geral *1 – Funções Gerais* deparamo-nos com o Programa com maior expressão *111 – Administração Geral,* o valor aí inscrito corresponde às despesas com o pessoal, Aquisições de bens e serviços correntes, e Despesas de investimento.

Analisando o objetivo geral *2 – Funções Sociais* verificamos que o programa *232 – Acção Social* apresenta maior expressão que se pode justificar entre outros com os montantes gastos com o Cartão de Saúde Figueira Saudável, Programa de Incentivo á Natalidade, Cegonha Mobil e Programas CEI e CEI+.

Importa ainda salientar os montantes afetos ao objetivo geral *3 – Funções Económicas* nomeadamente aos programas *310 - Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca, 320 – Indústria e Energia* e 330 – *Transportes e Comunicações* e que dizem respeito a valores destinados à Iluminação Pública, o Programa de Apoio Figueira + Verde, Programa de Medidas Extraordinárias de Apoio às Empresas COVID-19, Obras de Regeneração Urbana, entre outros.

### 2.3.2. Grau de Execução das Grandes Opções do Plano

Considerando que, o Grau de Execução mede, em percentagem, a relação entre o montante executado e o montante previsto no orçamento efetuado e, como tal, um indicador que apresenta algumas limitações na sua análise, sendo, contudo, importante no sentido de se perceber a eficiência e precisão no dimensionamento dos montantes inicialmente assumidos por comparação com o realmente executado. Nesse sentido achámos pertinente fazer uma abordagem ao mesmo utilizando para o efeito a tabela seguinte:

| Objetivo/Funções | Programas | Grau Exec. |
|---|---|---|
| 1 - Funções Gerais | 111 - Administração Geral | 77,37% |
| | 121 - Proteção civil e luta contra incêndios | 34,37% |
| 2 - Funções Sociais | 211 - Ensino não superior | 76.36% |
| | 220- Serviços de Saúde | 11,29% |
| | 232 - Ação Social | 74,62% |
| | 241 - Habitação | 22,85% |
| | 242 – Ordenamento do Território | 71,58% |
| | 243 - Saneamento | 71,77% |
| | 244 - Abastecimento de água | 86,00% |
| | 245 - Resíduos sólidos | 30,78% |
| | 246 – Prot. Meio Ambiente e Cons. Da Natureza | 54,52% |
| | 251 - Cultura Natureza | 8,47% |
| | 252 - Desporto, recreio e lazer | 48,54% |
| | 253 – Outras atividades cívicas e religiosas | 74,86% |
| 3 - Funções Económicas | 310 – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca | 36,34% |
| | 320 - Indústria e energia | 6,08% |
| | 330 - Transportes e Comunicações | 63,07% |
| | 342 - Turismo | 51,08% |

| | | |
|---|---|---|
| 4 - Outras Funções | 410 - Operações financeiras | 75,16% |
| | 411 - Ativos financeiros | 52,50% |
| | 420 - Transferência entre administrações | 47,15% |

**Tabela 6 – Grau de Execução das Grandes Opções do Plano**

Torna-se claro, através de uma breve análise, que o grau de execução apresenta níveis elevados revelando para o efeito a capacidade de comprometimento assumido inicialmente aquando da elaboração dos documentos previsionais.

Relativamente à execução total anual e em comparação com os anos de 2019 a 2021, apresentamos a figura seguinte, ilustrativa dos valores alcançados:

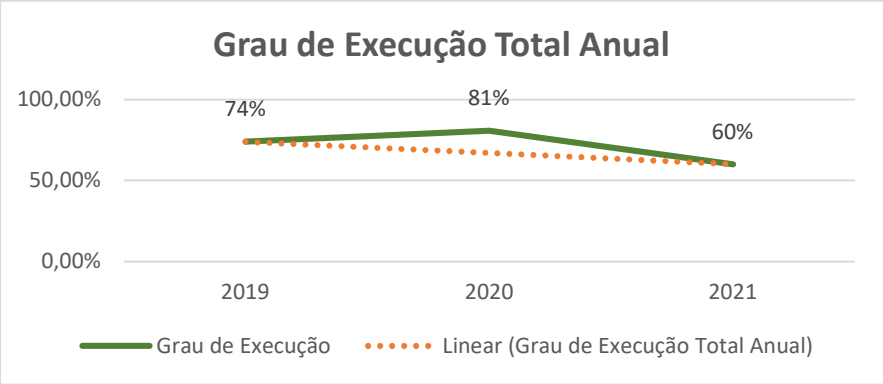


**Figura 7 – Grau de Execução Total Anual**

Comprova-se com a análise do gráfico apresentado aquilo que já foi referido anteriormente, evidenciando-se uma boa execução tal como verificado no ano transato, ainda que inferior, determinado por um dimensionamento realista dos documentos previsionais iniciais.

# 3. Quadro evolutivo da situação económica e financeira

## 3.1.Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, refletindo, em 31 de dezembro de 2021, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

No entanto cabe fazer referência a determinados acontecimentos considerados pertinentes na sua análise.

### 3.1.1. Ativo

#### 3.1.1.1.Fundo de Apoio Municipal

A conta 414 apresenta o saldo a débito de 326.569,50€ correspondente ao valor total do Fundo de Apoio Municipal.

A subscrição total do Município de Figueira de Castelo Rodrigo ascendia inicialmente a 507.999,32 €, tendo sido efetuada em 2018 um ajustamento em baixo do valor da subscrição no montante de 181.429,82€, por força da redução do capital social do Fundo nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018. No final de 2021 manteve-se o montante subscrito de 326.569,50€.

De referir que a realização foi de 72.570,00€ por ano, em duas prestações anuais ocorridas em junho e dezembro, durante os anos de 2015 a 2017, sendo que em 2018 a realização foi de 54.431,25€ correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro, em 2019 a realização foi de 36.285,50€ correspondente a duas prestações ocorridas em junho e dezembro.

### 3.1.2. Passivo

#### 3.1.2.1.Provisões para riscos e encargos

No ano de 2021 registaram-se Provisões no montante de 99.141,23€ nas rúbricas de provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais em curso iniciados em 2021.

## 3.2.Demonstração de Resultados

No ano de 2021 após o apuramento de todos os custos e proveitos gerou um resultado líquido negativo de 218.381,09€, tendo o resultado alcançado no ano 2020 sido negativo de 327.350,93€. Esta variação pode ser explicada, nomeadamente, pela variação ocorrida na

rúbrica da Demonstração de Resultados de "Transferências e subsídios correntes obtidos", que registou um aumento significativo em comparação com o período homólogo, contribuindo sobremaneira para os resultados alcançados nos dois últimos anos. De salientar ainda variações de algumas rubricas de custos e proveitos consideradas pertinentes abordar e que passamos a discriminar:

### 3.2.1. Gastos

#### 3.2.1.1.Custo das Mercadorias Vendidas

O valor constante na conta 61 diz respeito inteiramente ao registo de faturas de água e saneamento emitidas pela entidade Águas do Vale do Tejo, S.A.

De realçar que no ano de 2021 o Município continuou a utilizar o Sistema de Inventário Permanente.

#### 3.2.1.2.Provisões do Exercício

Relativamente ao montante que constitui o saldo da conta de imparidades do exercício – 6511 apenas de referir que foi efetuado um reforço de imparidades de 10.300,30€ proveniente de dívidas da cobrança de água e saneamento há mais de 12 meses.

No que respeita aos processos judiciais em curso, foram criadas provisões, a 100%, relacionadas com 2 novos processos instaurados em 2021 no valor de 99.141,23€, devidamente registados na conta 673. Quanto aos restantes, o Executivo entende que o risco de vir a ser condenado é na sua generalidade reduzido.

#### 3.2.1.3.Gastos por juros e outros encargos

O valor da conta 69, ligeiramente superior ao registado em 2020 apresentando uma variação absoluta de 4.344,31€ justificado pelos juros do acordo de pagamento ARD.

### 3.2.2. Rendimentos

#### 3.2.2.1.Vendas e Prestação de Serviços e Concessões

Relativamente às vendas, esta rúbrica registou um aumento face ao ano anterior, motivada essencialmente pelo acréscimo ocorrido nas vendas de Água.

A variação das Prestações de Serviços e Concessões em 2021 acompanhou a evolução ocorrida nas vendas, tal como descrito anteriormente.

#### 3.2.2.2.Impostos e Taxas

A conta 70 – Impostos, Contribuições e Taxas apresenta um valor superior ao registado em período homólogo, apresentando uma variação absoluta de 44.519,50€ em relação ao ano anterior, contribuindo para a melhoria dos resultados.

#### 3.2.2.3.Outros Rendimentos e Ganhos

O valor da conta 78 apresenta um valor ligeiramente inferior ao verificado em 2020. Nesta rúbrica, há a destacar as rendas de concessão, bem como a imputação de subsídios e transferências para investimento.

# 4. Análise Financeira - Rácios

Nos pontos seguintes iremos avaliar a evolução da dívida do Município e apresentar-se-ão alguns rácios para evidenciar a posição financeira em referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, fazendo-se uma comparação com períodos homólogos para uma melhor perceção da evolução seguida.

## 4.1.Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida registou uma tendência crescente ao longo do último ano, devido à utilização do capital restante do empréstimo para Aquisição de edifício de interesse concelhio, apesar de terem sido efetuadas as amortizações normais durante o ano 2021. Esta tendência pode ser perfeitamente visível e analisada na figura seguinte.

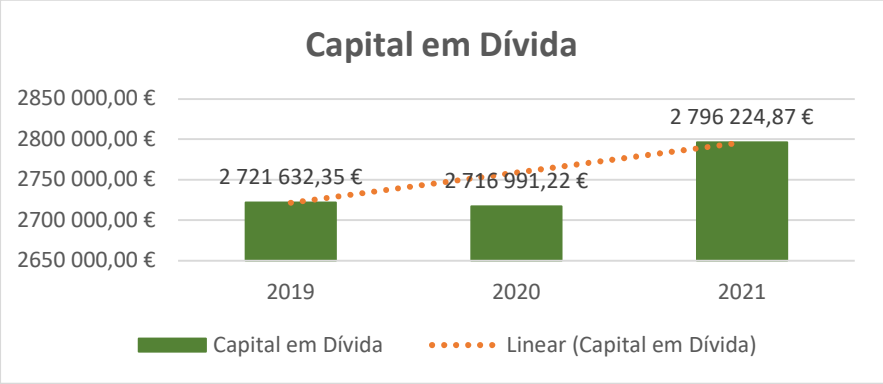


**Figura 8 – Capital em Dívida**

De referir que, o valor do Capital em Dívida em referência apenas engloba o correspondente às dívidas a instituições de crédito, não existindo nenhum contrato de Leasing em vigor.

## 4.2.Indicadores de Gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspeto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial. Nesse sentido irão ser apresentados vários indicadores considerados pertinentes acompanhados de explicação dos respetivos valores, apresentado sempre que o justifique tabelas e ilustrações.

### 4.2.1. Indicadores de natureza orçamental

| Descrição | 2020 | 2021 |
|---|---|---|
| Cobertura das despesas pela receita | 1,141 | 1,054 |
| Peso das despesas correntes nas receitas correntes | 0,858 | 0,894 |
| Peso das despesas de capital nas receitas de capital | 0,954 | 1,162 |
| Peso da despesa total na receita total | 0,876 | 0,949 |

**Tabela 7 – Indicadores de natureza orçamental**

Da análise dos indicadores apresentados nomeadamente os indicadores *Cobertura das despesas pela receita* e por inerência o indicador *Peso da despesa total na receita total* verifica-se uma ligeira variação positiva aumentando a diferença entre a despesa total e receita total, registando-se, a particularidade de que as receitas totais continuam a conseguir cobrir a totalidade das despesas.

Esta diferença poderá ser perfeitamente verificada através da visualização das figuras seguintes nas quais se pretende comparar, inicialmente e em valor absoluto, a receita total líquida cobrada e a despesa total paga, e em seguida comparar a receita e a despesa desagregada em corrente e capital.

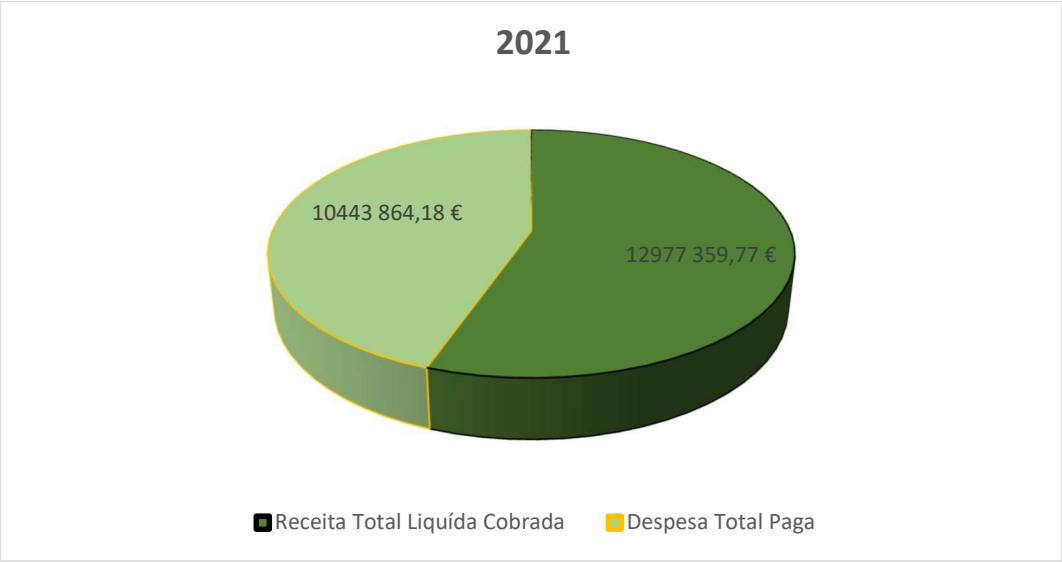


**Figura 9 – Receita Cobrada / Despesa Paga**

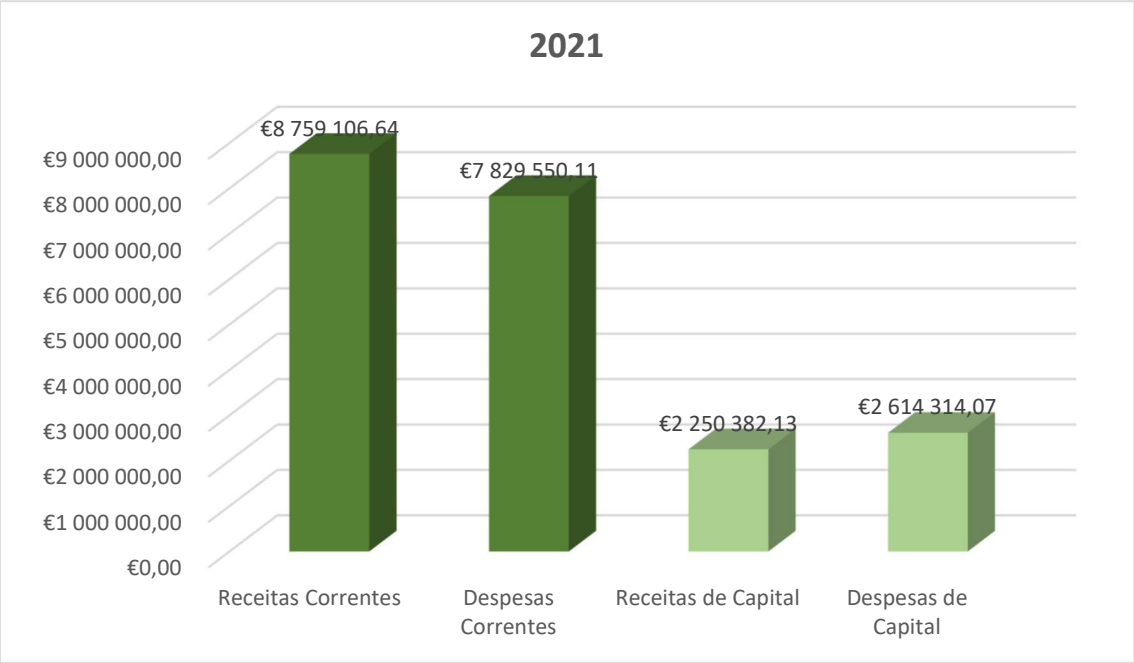


**Figura 10 – Receitas e Despesas (Correntes / Capital)**

### 4.2.2. Indicadores de natureza financeira

| Descrição | 2020 | 2021 |
|---|---|---|
| Liquidez geral | 1,765 | 2,168 |
| Liquidez reduzida | 1,765 | 2,168 |
| Liquidez imediata | 1,701 | 2,111 |
| Solvabilidade | 3,512 | 3,540 |

**Tabela 8 – Indicadores de natureza financeira**

Analisando os rácios de liquidez podemos verificar que apresentam variação em relação ao ano transato, fundamentalmente devido, apesar do ligeiro aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, ao substancial aumento das Disponibilidades.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser superior que 1 significa que o Fundo de Maneio é maior que zero, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deve oscilar entre 1,3 e 2, evidenciando-se que este rácio registou uma melhoria significativa em relação aos valores apresentados o ano transato.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, nomeadamente o indicador de liquidez reduzida, este apresenta um valor elevado, e aquando da análise conjunta com o indicador de

liquidez geral e o facto de apresentarem um valor próximo comprova o reduzido impacto das existências no ativo do Município.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado.

## 5. Proposta de aplicação de resultados

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício foi negativo no valor de 218.381,09€, pelo que a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Que o resultado líquido do exercício no valor negativo de 218.381,09€, seja transferido para a conta "59 – Resultados Transitados".

# 6. Notas Finais

**Eventos Subsequentes**

De acordo com a recomendação efetuada pela Comissão de normalização Contabilística em 22/03/2022, e não influenciando as contas de 2021, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, verificamos à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da Guerra na Ucrânia, pese embora o efeito da guerra não seja possível ainda de estimar, espera-se que apesar do mesmo ter impacto orçamental, essencialmente pelo acréscimo da despesa devido ao aumento do preço do combustível, energia elétrica e por consequência um aumento de custos de uma forma generalizada, considera-se que se trata de uma questão conjuntural e que não colocará em causa a continuidade do desenvolvimento da atividade municipal.

**Transição SNC-AP**

A transição do regime contabilístico POCAL para o regime contabilístico SNC-AP iniciou-se no exercício anterior (2020).

A Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27) estabelece os princípios para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão e os requisitos mínimos para a sua apresentação, conteúdo e divulgação.

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado de extrema importância, uma vez que permite às várias entidades dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade constitui uma obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP (referencial de relato aplicável) e vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

Não obstante o afirmado, a Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público – IPSAS 33: Adoção pela primeira vez da base dos acréscimos das IPSAS concede às entidades, que adotam pela primeira vez as IPSAS, um período de 3 anos para uma correta implementação do novo sistema contabilístico.

Complementarmente, em 28 de dezembro de 2021, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitiu a FAQ 47 na qual refere que o Manual de Implementação do SNC-AP, previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, que aprovou o SNC-AP e foi homologado pelo Senhor Secretário de Estado do Orçamento, estabelece, no seu capítulo 2, procedimentos para a implementação relativos ao (des)reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação, convergentes com os previstos na IPSAS 33. De acordo com o explanado, a "(…) experiência recolhida pela CNC relativa à implementação do SNC-AP permitiu identificar que, embora a generalidade das situações de ajustamento de transição se afigure resolúvel no primeiro ano de implementação, possam existir situações de maior complexidade que exijam um período mais alargado para a completa adoção do novo referencial. Compete ao órgão de gestão avaliar se as situações envolvidas se enquadram no processo de transição para o SNC-AP e se se revestem de complexidade integrável no quadro referencial subsidiário preconizado na IPSAS 33, assegurando a respetiva justificação e divulgação. (…)"

Neste contexto, a contabilidade de gestão do Município de Figueira de Castelo Rodrigo ainda não cumpre, na íntegra, todos os requisitos gerais previstos na NCP 27, sendo ainda necessário operar diversos incrementos a este módulo do sistema informático em vigor (ERP AIRC). Apesar de o Município já dispor deste sistema com implementação ainda sobre as regras do anterior sistema contabilístico (POCAL), as exigências impostas pela legislação obrigam a que se realizem acréscimos de funcionalidades na generalidade da informação que se consegue obter, de modo a cumprir cabalmente as exigências de divulgação da NCP 27. Neste sentido, justificamos a razão da não apresentação da informação prevista pela norma referida.

Figueira de Castelo Rodrigo, 11 de abril de 2022

O Presidente da Câmara

(Carlos Manuel Martins Condesso)